

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

#### RECURSO :

Eu, Alexandre Boeira da Silva, representante legal da empresa Lex Construtora Ltda, CNPJ 11 316 557 0001 52 venho respeitosamente me dirigir ao ilustre pregoeiro da licitação 06/2019 do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A. a fim de manifestar a inconformidade pela inabilitação da empresa supracitada pelo motivo que, iremos firmemente demonstrar, não coaduna com a atual legislação. O respeitável pregoeiro cita como motivo único de nossa inabilitação o seguinte: "Motivo da Recusa/Inabilitação do Lance: A fornecedora não preencheu o item referente à qualificação econômico financeira, previsto no tópico 5.2 do Anexo III do Edital de Pregão nº 2019.006 e artigo 71, inciso II do Regulamento de Licitações e Contratos do Bandes." Pois bem, tópico 5.2 a que se refere o ilustre pregoeiro mais precisamente no item 5.2.3 nos diz que; "As empresas que estiveram inativas no ano anterior deverão apresentar cópia da declaração de inatividade entregue à Receita Federal, apresentando o último balanço patrimonial que antecede à condição de inatividade."

Acontece que, a empresa Lex Construtora Ltda. enviou tempestivamente declaração advinda do sistema da Receita Federal e expedida por profissional contador qualificado a declaração de inatividade no ano de 2018 conforme solicita o edital, no entanto, cumpre informar que também no ano de 2017 a empresa encontrava-se inativa, não sendo portanto possível emitir balanço patrimonial referente a este ano conforme solicita o edital.

Fica claro que o edital não tem determinação clara e objetiva para o caso de a empresa estar inativa a mais de um período fiscal.

O princípio da legalidade aparece expressamente na nossa constituição federal em seu art. 37, caput, que dispõe que "a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência". Princípio este que acreditamos o gestor é guardião legal, não sendo portanto habilitado a fazer somente o que lhe autorize a lei, especificamente o edital para este caso.

Já no art. 5º, II da mesma carta diz que "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei". Temos aí, que por não cobrir a situação fiscal em que se encontra a empresa Lex Construtora Ltda., o edital, por sua flagrante omissão, acaba por estar juridicamente impedido de exigir-nos além do que seria possível eis que o balanço do ano anterior à inatividade não existe, eis que fora outro ano fiscal de igual inatividade.

O gestor, ao excluir-nos como licitantes completamente habilitados estaria deste ponto de vista, por sua própria conta, imputando condição excludente inexistente no edital.

Caso seguissemos a lógica utilizada pelo ilustre gestor a empresa Lex Construtora Ltda estaria excluída não somente deste certame, mas, por estar inativa a mais de um ano, excluída de contratar com a administração pública "ad eternum", o que seria uma ilegalidade irreparável.

Como leciona Hely Lopes Meirelles:

"a legalidade, como princípio de administração, significa que o administrador público está, em toda sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei, e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso".

Certos de que, e possível corrigirmos este ato que nos inabilitou, nos manifestamos para que sejam cumpridos os fundamentos básicos da legalidade e impessoalidade assim como o que diz o próprio edital de forma objetiva, deixando de lado interpretações pessoais ou mesmo o que o edital não foi hábil em afirmar objetivamente.

Assim sendo, solicitamos que, a bem da legalidade, seja corrigido o ato que nos inabilitou e sejamos novamente tidos como habilitados pois, ao que consta, não existe outra motivação para tal. Solicitamos também, que, em estando a empresa Lex Construtora Ltda habilitada, seja esta declarada vencedora do certame como sendo aquela que melhores condições globais de prestar os serviços ora licitados apresenta.

Att

Alexandre Boeira da Silva  
Representante Legal de Lex Construtora Ltda.

Fechar